

**DO RIO À LAVANDERIA
COMUNITÁRIA: TRABALHO,
MEMÓRIA E
TRANSFORMAÇÃO DOS
MODOS DE SER LAVADEIRA**

**FROM THE RIVER TO THE COMMUNITY LAUNDRY: WORK, MEMORY, AND
TRANSFORMATION OF THE WAYS OF BEING A WASHERWOMAN**

Ciências Sociais Aplicadas • 23/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776870760](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776870760)

Jéssica Parreiras Marroques¹

Miria Oliveira Gomes²

RESUMO

Este artigo analisa as transformações do ofício das lavadeiras de Almenara, no Vale do Jequitinhonha, a partir da passagem do trabalho da beira do rio para a lavanderia comunitária. Com base em uma pesquisa etnográfica, interessa compreender como essa mudança reconfigura modos de ser lavadeira. Ao articular território, corpo, memória e trabalho como dimensões indissociáveis da prática, o artigo sustenta que o deslocamento do ofício não apaga aquilo que constitui essas mulheres, mas reinscreve sua experiência em outras condições materiais, simbólicas e coletivas, marcadas por novas formas de organização do trabalho, de uso do espaço e de relação entre as lavadeiras.

Palavras-chave: lavadeiras; memória; trabalho e território.

ABSTRACT

This article analyzes the transformations in the work of washerwomen in Almenara, in the Jequitinhonha Valley, from the shift of work from the riverbank to the community laundry. Based on ethnographic research, it aims to understand how this change reconfigures ways of being a washerwoman. By articulating territory, body, memory, and work as inseparable dimensions of the practice, the article argues that the displacement of the work does not erase what constitutes these women, but rather reinscribes their experience in other material, symbolic, and collective conditions, marked by new forms of work organization, use of space, and relationships among the washerwomen.

Keywords: washerwomen; memory; work and territory.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, lavar roupa à beira de rios, córregos e tanques compõe, há gerações, a paisagem cotidiana de diferentes regiões, sobretudo em contextos rurais e periféricos. Trata-se de um trabalho historicamente realizado por mulheres, atravessado por relações de gênero, por condições materiais desiguais e por formas específicas de organização da vida e do trabalho. Mais do que uma atividade doméstica, lavar roupa nesses espaços constitui uma prática social inscrita na memória, transmitida entre gerações e incorporada ao fazer como um saber que se aprende no corpo, na convivência e na repetição dos gestos.

Em Almenara, no Vale do Jequitinhonha, essa prática se faz às margens do rio Jequitinhonha, que não é apenas cenário do trabalho, mas presença viva: ensina ritmos, exige atenção, modula o corpo, impõe limites e abre possibilidades — um rio que não pertence ao passado, mas segue atravessando a vida da cidade e o trabalho das lavadeiras. É com ele que se aprende a lavar, a quarar, a torcer, a secar, a sustentar a vida.

Com a criação da lavanderia comunitária Tereza Cristina, na década de 1990, esse ofício passou a se reinscrever em outro espaço. Tanques, máquinas, água encanada, paredes e novas formas de organização alteraram o trabalho e produziram transformações importantes nas condições materiais do fazer cotidiano das lavadeiras.

Mas a passagem do trabalho das lavadeiras do rio para a lavanderia comunitária não pode ser entendida apenas como uma mudança de lugar. O que se desloca com esse movimento é algo mais profundo: as formas de organização do ofício. É nesse entre — entre o que permanece e o que se transforma — que se inscreve a

experiência das lavadeiras. Mais do que descrever a transição do rio para a lavanderia, buscamos refletir sobre as continuidades e os deslocamentos que ela produz na experiência dessas mulheres quando o ofício se transforma.

Nesse sentido, dialoga-se com Marcel Mauss (2003), ao compreender o saber-fazer como técnica incorporada e socialmente transmitida; com Tim Ingold (2010; 2012), ao pensar o conhecimento como algo que se constitui no engajamento com o ambiente, na relação entre corpos, materiais e fluxos; com Maurice Halbwachs (1990), ao situar a memória como fenômeno coletivo que orienta as práticas; e com Ecléa Bosi (1994), ao compreendê-la como experiência viva, continuamente reelaborada no presente. Articula-se ainda com Stuart Hall (2006), ao conceber a identidade como processo, e com Silvia Federici (2017), ao compreender o trabalho para além da produção, como prática implicada na reprodução e sustentação da vida. A partir desse diálogo, o artigo analisa como memória, técnica, ambiente e relações coletivas se entrelaçam na constituição e atualização do ofício, evidenciando continuidades e transformações nas formas de trabalhar, aprender e permanecer sendo lavadeira.

2. CAMINHO METODOLÓGICO

Este artigo deriva de uma pesquisa etnográfica desenvolvida junto às lavadeiras de Almenara ao longo de uma convivência construída desde o mestrado e continuada no doutorado da primeira autora. Para este recorte, privilegiamos especialmente as interlocuções realizadas com mulheres que permanecem em atividade na lavanderia comunitária Tereza Cristina, sem perder de vista as

memórias de lavadeiras mais velhas, já aposentadas, fundamentais para compreender a passagem do trabalho do rio para a lavanderia.

O material empírico foi produzido por meio de observação participante, conversas abertas, entrevistas conduzidas a partir de perguntas-guia e registros em caderno de campo. As entrevistas não seguiram um formato rígido de perguntas e respostas, mas buscaram abrir espaço para que as interlocutoras narrassem suas experiências, percepções e memórias do ofício. Como lembra Peirano (2014), a etnografia não se reduz a um procedimento fixo, mas se constrói na relação com o que emerge no campo. Nessa direção, acompanhamos as práticas das lavadeiras entendendo, com Ingold, que observar implica participar da “corrente de atividades através da qual a vida transcorre concomitante e conjuntamente com as pessoas e coisas que capturam nossa atenção” (INGOLD, 2014, p. 4), aprendendo com os outros e atentando para os modos como o fazer se produz na relação entre corpos, materiais e ambiente.

A análise voltou-se, assim, para as mudanças e permanências inscritas na transição do trabalho da beira do rio para a lavanderia comunitária, buscando compreender como memória, técnica e formas de organização coletiva se reconfiguram nesse deslocamento.

3. O RIO COMO TRABALHO, APRENDIZAGEM E PRESENÇA VIVA

O rio é corpo e caminho do ofício, onde água, tempo e saber se entrelaçam no fazer das lavadeiras. Lavar roupa à sua beira significava lidar com uma matéria viva, instável, exigente, que não se deixava reduzir a recurso disponível ou cenário imóvel. A correnteza,

a cor da água, as pedras disponíveis, a presença do sol, a intensidade do vento são elementos que compõem o fazer. Aprender a lavar roupa no rio não é apenas dominar uma sequência técnica, mas desenvolver um modo de perceber, ajustar e responder ao que o próprio rio apresentava.

É nesse sentido que o saber-fazer das lavadeiras se constitui como conhecimento prático e relacional. Em suas narrativas, o aprendizado do ofício aparece de forma recorrente como algo vivido desde cedo, no convívio com mães, avós, vizinhas e outras mulheres mais velhas. Como relata uma das lavadeiras entrevistadas:

A gente [ela e seus irmãos] se criou na fazenda, na roça. Quando eu já tinha 7 anos já servia para levantar de madrugada para coar café pra pai, que era vaqueiro. Sempre fui a mais velha, então mãe, com meus 7 anos, já levava a gente para o rio para aprender a lavar roupa. Separava aquelas roupinhas pequenas, as da gente, tudo pequenas; qualquer roupinha pequena ela punha numa bacia pra gente ir lavando e aprender. Desde pequena eu sei, e por isso eu falo: nunca saiu da minha memória o que minha mãe me ensinou. Ela aprendeu com a mãe dela também, vó. Até hoje, toda vez que eu vou lavar roupa, eu lembro dela, né? Isso é bom" (LAVADEIRA 1, 2024).

Essa forma de aprendizagem permite compreender o saber das lavadeiras como disposição incorporada, aproximando-o do que

Mauss entende por habitus, não como “memória misteriosa”, mas como aquilo que é “adquirido” e se constitui como “faculdade” no corpo (MAUSS, 2003, p. 404). Nesse sentido, aquilo que se transmite não são conteúdos abstratos, mas disposições práticas que variam “com as sociedades, as educações, as conveniências” (MAUSS, 2003, p. 404). A memória, assim, deixa de ser compreendida como evocação do passado e passa a operar como saber inscrito no corpo, atualizado nos modos de fazer.

Nesse contexto, o aprendizado não se dá pela transmissão de conteúdos prontos, mas pela criação de condições para que outras aprendam no convívio e na prática. Como afirma Ingold:

a contribuição de cada uma [geração] para a cognoscibilidade da seguinte não se dá pela entrega de um corpo de informação desincorporada e contexto-independente, mas pela criação, através de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as sucessoras desenvolvem suas próprias habilidades incorporadas de percepção e ação (INGOLD, 2010, p. 22).

Aprender o ofício, assim, não significa reproduzir mecanicamente uma técnica, mas desenvolver, com outras gerações e com o ambiente. Aprende-se olhando, fazendo junto, repetindo, errando, corrigindo, criando e acompanhando o trabalho das outras. Mas esse processo está longe de ser simples ou automático. Lavar roupa exige atenção constante, tomada de decisão e capacidade de antecipar e

responder às variações do próprio trabalho — seja no cuidado com os tecidos, na gestão do tempo ou na relação com o ambiente.

Trata-se de uma atividade que mobiliza simultaneamente corpo e pensamento, na qual cada gesto envolve avaliação, escolha e ajuste. Como afirma outra interlocutora, trata-se de um trabalho que envolve simultaneamente percepção, decisão e experiência: “não cansa só os braços. É a mente também [...] a gente trabalha muito com as mãos e com a cabeça” (LAVADEIRA 3, 2024).

De acordo com Ingold (2010), o conhecimento não se trata de um conjunto de informações que o ser humano recebe e codifica, mas de algo que se constrói a partir de uma abordagem ecológica, fundada sobretudo em habilidades, na qual o ser humano é entendido como um centro de percepção e agência que emerge em um campo de prática (INGOLD, 2010, p. 15). Aprender, nesse sentido, está relacionado a afinar o corpo e a atenção na relação com o ambiente, de modo que perceber e agir se produzem conjuntamente no interior da prática.

A lavagem e cuidado com as roupas, nesse contexto, não pode ser separada das condições em que ela se realiza. O rio ensina porque impõe variações; o sol ensina porque altera o tempo do quilar e da secagem; o vento ensina porque interfere na manipulação das roupas, no cuidado com a limpeza das peças e na própria organização do trabalho ao longo do dia. Como descreve uma das lavadeiras, o trabalho exige constantes ajustes às mudanças do ambiente:

ah, o dia a dia é muito puxado. A gente vai se adaptando. Quando tá chovendo, é um corre-corre, corre, põe, pega a roupa, tira, põe dentro. Aí vem o solzinho, torna a voltar [com a roupa], põe de novo [para quicar ou no varal], aí torna a vir a chuva, torna a entrar de novo [com a roupa]. É puxado (LAVADEIRA 2, 2024).

Já a Lavadeira 1 comenta que para lavar roupa “o rio mostra muito pra gente, mas tem que ter atenção. Tem que saber entender”, “tem que tomar cuidado” (LAVADEIRA 1, 2024). Era preciso observar se a água estava limpa ou barrenta, escolher a melhor pedra para bater as roupas, cuidar para não perder ou manchar a peça e conhecer a profundidade do rio e a correnteza para evitar acidentes. Além disso, havia riscos constantes — como o cuidado com as vacas que “enrabavam” as lavadeiras e suas crianças, podendo ainda pisotear as roupas lavadas, o que exigia vigilância contínua durante o trabalho (LAVADEIRA 1, 2024).

O rio, o sol, o vento e o tempo participam ativamente do trabalho. Não apenas simbolicamente, mas materialmente. Esses elementos impõem condições variáveis que tornam o aprendizado situacional inevitável: cada dia, cada horário, cada mudança do clima altera o ritmo do trabalho e convoca ajustes corporais, técnicos e perceptivos.

Essa relação pode ser compreendida a partir do deslocamento proposto por Tim Ingold ao distinguir “objetos” de “coisas”. Enquanto os objetos tendem a ser pensados como entidades estáveis e

delimitadas, as coisas são entendidas como processos em curso, atravessados por fluxos e transformações. O rio, a água, o vento e o tempo, portanto, não se apresentam como elementos fixos ou exteriores à ação, mas como presenças ativas que participam da constituição do próprio fazer. Nessa perspectiva, como afirma o autor, “coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas” (INGOLD, 2012, p. 29), o que indica seu caráter instável, vivo e em constante movimento.

Ao lidar com esses elementos, as lavadeiras não aplicam uma técnica sobre uma matéria passiva, mas aprendem a acompanhar suas variações, respondendo às condições que se colocam em cada situação. Trata-se, assim, de um saber que se produz na relação com esses fluxos materiais, no qual corpo, ambiente e prática se constituem mutuamente.

Essa dimensão formativa do ambiente ajuda a compreender por que o rio ocupa, nas falas das lavadeiras, um lugar que ultrapassa a utilidade imediata. O rio é uma presença viva, diante da qual se aprende a trabalhar e a existir, se constrói relação. Nesse sentido, o ofício se faz na articulação entre técnica, sensibilidade e convivência com um mundo mais amplo que não se deixa controlar por completo.

Nessa direção, aproxima-se da perspectiva de Doreen Massey, que compreende o espaço não como um suporte passivo, mas como constituído por relações em curso, produzidas na articulação entre diferentes trajetórias, tempos e materialidades (MASSEY, 2008). Pensar o rio a partir dessa chave permite compreendê-lo não como cenário do trabalho, mas como parte ativa das relações que o

constituem, na medida em que participa da formação de ser lavadeira.

Nas narrativas das lavadeiras, o rio também aparece como morada de forças sagradas, presenças e entidades que excedem a linguagem estritamente racional do trabalho. Essa dimensão torna-se particularmente visível quando, em 2021, ao retornar com algumas lavadeiras ao Jequitinhonha, em meio ao contexto de distanciamento imposto pela pandemia de COVID 19, tornou-se possível testemunhar a intensidade afetiva, espiritual e corporal desse reencontro. As emoções, os cantos, as rezas e a alegria que emergiram naquele momento indicavam que a relação com o rio não se limitava à memória de um espaço laboral anterior. O que ali se reativava era uma ligação vital com uma presença que seguia sendo reconhecida como fonte de fé.

Essa dimensão não se expressa apenas em momentos extraordinários, mas atravessa o próprio cotidiano do trabalho. Como relata uma das lavadeiras, “a gente quando chega pra trabalhar, já vai pedindo, agradecendo pelo dia, eu gosto de fazer em nome do pai, primeiro, né, a oração primeiro, né, pra proteger, trazer saúde, para depois o trabalho” (LAVADEIRA 1, 2024).

Esse gesto revela uma forma de preparação do corpo para o trabalho e uma disposição sensível que articula fé, cotidiano e ofício. A oração aparece, simultaneamente, como pedido de proteção, agradecimento pela saúde e pelo trabalho e reconhecimento de uma dimensão sagrada que atravessa a experiência das lavadeiras. Trata-se de um ritual que inscreve o trabalho em uma ordem simbólica mais ampla, na qual o corpo que lava também se apresenta como corpo cuidado e abençoado.

Esse aspecto é decisivo porque ajuda a compreender que o deslocamento do trabalho para a lavanderia comunitária não altera apenas instrumentos, infraestrutura e rotinas, mas também a espessura simbólica da experiência. Quando o rio deixa de ser o lugar cotidiano do trabalho, não se perde somente um ambiente externo; desloca-se um modo de relação com o sagrado, com o território e com aquilo que orientava o corpo de forma sensível e responsiva. É precisamente aí que o problema deste artigo se adensa: o que se transforma quando o trabalho sai do rio não é apenas sua base material, mas o conjunto de relações que tornava aquele fazer possível e dotado de sentido.

4. A LAVANDERIA COMUNITÁRIA E A RECONFIGURAÇÃO MATERIAL DO FAZER

A passagem do trabalho da beira do rio para a lavanderia comunitária não foi resultado de uma demanda das próprias lavadeiras, mas de uma política municipal, à qual essas mulheres precisaram se adaptar. Com a criação da lavanderia comunitária Tereza Cristina, em 1990, o ofício passou a se realizar em um espaço estruturado, coberto e mediado por outras condições de trabalho, introduzindo transformações profundas no cotidiano do fazer.

Como relata a lavadeira 2, essa mudança não se deu sem ambivalências. Ao mesmo tempo em que trouxe melhorias concretas, também implicou perdas e exigiu rearranjos:

Quando comecei era muito difícil. Tinha que ir para o rio, pegar sol, apanhar a roupa, andava muito também pra entregar as roupa. A gente ficava lá o dia todinho. Hoje tá melhor, né? Porque [o trabalho] é na lavanderia. Mudou muito, né? Tem coisa que faz falta. Era bonito ver aquele monte de mulher na beira do rio... aí mudou, a gente teve que acostumar também (LAVADEIRA 2, 2024).

A fala demonstra que a mudança não pode ser compreendida em chave linear. A lavanderia melhora aspectos importantes do trabalho, especialmente no que diz respeito à proteção contra o sol, à segurança e à redução de determinados esforços físicos.

Esse deslocamento demonstra a reconfiguração da própria materialidade do trabalho. A água, que no rio era encontro, fluxo e condição compartilhada do fazer, passa a ser recurso administrado pela prefeitura. Na lavanderia, seu uso é regulado seja para uso pessoal ou no atendimento aos clientes. O que antes se orientava, em grande medida, pela leitura do ambiente — a correnteza, o fluxo, a cor da água, passa a depender de uma lógica de controle vinculada à infraestrutura e à gestão do espaço.

Como sugere Doreen Massey (2008), o espaço participa ativamente da produção das relações que lhes dão sentido. Ao deslocar o trabalho para a lavanderia, reconfiguram-se as próprias condições de sua realização: como o trabalho se organiza, os limites que o atravessam e as formas de autonomia possíveis.

Ao mesmo tempo, essa transformação não implica a dissolução do saber-fazer das lavadeiras. Mesmo com a inserção de tanques, tanquinhos, máquinas e produtos de higiene industrializados, o trabalho continua a exigir a avaliação e acompanhamento das trabalhadoras. Lidar com tecidos, manchas, combinações entre lavagem manual e mecanizada e expectativas dos clientes permanece sendo uma atividade que mobiliza conhecimento prático acumulado ao longo do tempo.

Nesse sentido, a técnica não desaparece — ela se atualiza. O que se altera são as mediações por meio das quais o trabalho se realiza. Parte do esforço físico é reduzida, mas o trabalho permanece intenso e exaustivo, assumindo outras formas: exige maior organização do tempo, gestão dos recursos e negociação constante no uso do espaço compartilhado. Ser lavadeira, nesse novo contexto da lavanderia, passa a incluir não apenas saber lavar, mas saber habitar a lavanderia.

Esse habitar implica lidar com as condições concretas que o espaço impõe: o uso compartilhado da água, a divisão dos tanques, os tempos de trabalho e as regras, explícitas ou não, que organizam o cotidiano. É nesse entrelaçamento entre infraestrutura, convivência e trabalho que a organização coletiva se torna necessária. Como relata Lavadeira 1:

Isso aí da construção da lavanderia veio lá da prefeitura. Naquele tempo, lavadeira nem conhecia direito de prefeitura, ninguém ia na prefeitura, nem entendia disso. Muitas nem sabiam da letra. Depois que ele construiu lá, ele mandou fazer as inscrições das lavadeiras pra todo mundo ir trabalhar lá. Aí que nós reuniu e a gente ficou conhecendo, nos organizamo (LAVADEIRA 1, 2024).

Em outra fala da Lavadeira 1:

Essa associação serve pra tudo. [...] Mas, igual a gente está vendo aquela situação lá [refere-se à falta de manutenção da infraestrutura do espaço pela prefeitura, evidenciada pelo crescimento da vegetação nas áreas comuns], nós tem força, tem que cobrar deles. Ela [a associação] dá possibilidade pra isso, pra cobrar deles. Eu acho que a força maior é nossa, né? (LAVADEIRA 1, 2024).

Essas narrativas descreve a transformação produzida pela experiência coletiva no novo espaço. A lavanderia não nasce de uma mobilização das lavadeiras, mas cria condições para que essa mobilização se torne possível por meio da associação comunitária. Ao se verem reunidas, compartilhando um mesmo espaço e enfrentando problemas comuns, as lavadeiras passam a reconhecer a necessidade de organização coletiva como forma de sustentar o

trabalho e negociar condições com o poder público. A associação aparece, assim, como meio concreto de ação para sustentar coletivamente o trabalho e a vida dessas mulheres.

A mudança para a lavanderia, portanto, reorganiza o trabalho em múltiplas dimensões: altera a relação com a água, redefine os modos de uso do espaço, introduz novas formas de controle e dependência, e, ao mesmo tempo, cria condições para a organização coletiva. O ofício continua a se sustentar na prática, na experiência e na capacidade de responder às condições concretas do trabalho — ainda que essas condições já não sejam as mesmas da beira do rio.

5. ENTRE PERMANÊNCIAS E DESLOCAMENTOS: A RECONFIGURAÇÃO DO OFÍCIO

Com a mudança do trabalho do rio para a lavanderia, alteram-se as relações das lavadeiras com o espaço, a natureza e o sagrado. Embora elementos como o sol, o vento e a água permaneçam presentes como material do trabalho, a experiência com eles já não se dá do mesmo modo. Na lavanderia, a natureza continua a operar, mas sua agência torna-se menos tangível e menos convocatória. O que se transforma não é a presença da natureza, mas a maneira como ela participa do trabalho e se inscreve no corpo.

Essa transformação também atravessa a dimensão do sagrado. Em um episódio vivido durante a pesquisa de campo de mestrado, em 2021, lavadeiras mais velhas — integrantes do Coral das Lavadeiras de Almenara —, ao retornarem ao rio Jequitinhonha após um período de afastamento pela pandemia de COVID-19, ajoelharam-se, emocionaram-se e entoaram cantos de benção. A cena não era apenas de retorno, mas de reencontro — como se, naquele gesto, se

refizesse um vínculo interrompido. O afastamento do rio, ali, não aparecia como simples distância, mas como a falta de algo que as constitui, sentida no corpo como saudade e dor.

Na lavanderia, essa dimensão não desaparece, mas se reconfigura. Em campo, durante 2023, as rezas e orações se faziam presentes ao início da jornada de trabalho, especialmente entre as mais velhas. Esses gestos operam como formas de preparação do corpo, articulando fé, cotidiano e ofício. Ao mesmo tempo em que expressam proteção e agradecimento, inscrevem o trabalho em uma ordem simbólica mais ampla, na qual o corpo que lava também é corpo cuidado e abençoado. Trata-se, assim, de uma continuidade que acontece pela reinscrição de práticas.

Há, portanto, um deslocamento: se, no rio, o sagrado se manifestava na relação com um agente vivo, na lavanderia ele se ancora no próprio fazer. O sagrado não se fixa ao espaço, mas se mantém no próprio ato do trabalhar e naquilo que o trabalho mobiliza — na disposição do corpo e na proteção invocada.

Esse deslocamento tensiona a própria noção de trabalho em jogo. Não se trata apenas de produzir, mas de sustentar a vida — algo que se materializa no cotidiano das lavadeiras, no pedir proteção, cuidando de si de forma simbólica e no cuidado com as roupas, de forma material. Como argumenta Silvia Federici (2017, p. 131), os trabalhos historicamente atribuídos às mulheres são desvalorizados justamente por estarem vinculados à reprodução da vida e ao cuidado. É, no entanto, nesse plano que reside sua centralidade: um fazer que mantém e garante a continuidade das condições de existência.

A relação com os clientes também constitui uma dimensão central desse trabalho e se reconfigura com a passagem para a lavanderia comunitária. Quando o ofício se realizava à beira do rio, as lavadeiras encontravam-se dispersas em diferentes pontos, o que implicava, muitas vezes, o deslocamento até as casas dos clientes para buscar e devolver as roupas — frequentemente em carrinhos de mão, conhecidos como “galinhotas”.

Com a centralização do trabalho na lavanderia, essa dinâmica se altera: o espaço passa a funcionar como ponto de referência, para onde os clientes se dirigem, estabelecendo ali o contato e a contratação do serviço. Ainda que se mantenham vínculos de fidelidade, com clientes que procuram determinadas lavadeiras, a lavanderia introduz uma dimensão mais aberta e coletiva na organização do trabalho. As demandas podem circular entre elas, sendo distribuídas a partir de acordos, necessidades e possibilidades, o que demonstra que a relação com a clientela não se organiza apenas pela concorrência, mas também por práticas de cooperação e por uma ética de trabalho que articula renda, solidariedade e permanência no ofício.

Ao mesmo tempo, a infraestrutura da lavanderia — especialmente com a introdução de tanquinhos e máquinas — contribui para uma reorganização do tempo de trabalho. Ainda que as lavadeiras mantenham a preferência pela lavagem manual, o uso desses equipamentos permite otimizar determinadas etapas do processo, ampliando a capacidade de atendimento e possibilitando formas de complementação de renda. O que se observa, portanto, é a incorporação de novos recursos às práticas já existentes, reconfigurando as condições de realização do trabalho e suas formas de circulação.

A organização do trabalho na lavanderia comunitária evidencia e intensifica a dimensão coletiva que já atravessava o ofício. A proximidade diária, o compartilhamento de varais, tanques e espaço de passar a roupa, bem como a necessidade de gerir recursos e lidar com tensões, tornam visível aquilo que já sustentava o trabalho: sua dimensão relacional entre as próprias lavadeiras e esse novo espaço. No entanto, essa dimensão coletiva não se constitui de forma homogênea.

Ainda que a lavanderia se organize como espaço comum, muitos dos instrumentos de trabalho permanecem de uso e propriedade individual: tanques, máquinas, bacias, ferros de passar e a própria organização das trouxas de roupa são responsabilidade de cada lavadeira, sendo que nem todas dispõem dos mesmos recursos. O coletivo, nesse sentido, não elimina a diferença, mas se constrói na articulação entre o que é próprio e o que pode ser partilhado. Em situações de necessidade, esses limites tornam-se mais porosos, abrindo espaço para empréstimos, trocas e formas contingentes de uso comum.

É precisamente nessa articulação — entre o que é próprio e o que se partilha — que se tornam visíveis práticas de ajuda mútua que atravessam o cotidiano da lavanderia. Quando uma das lavadeiras adoece ou não consegue dar conta de suas encomendas, outras assumem parte do trabalho, garantindo sua continuidade; em momentos de maior dificuldade, há um movimento de redistribuição das demandas, de modo a sustentar quem mais precisa.

É nesse entrelaçamento entre trabalho, convivência e memória que também se constituem formas de identidade, ancoradas não

apenas no fazer técnico, mas nos vínculos que se estabelecem e se mantêm ao longo do tempo. Nesse sentido, a mudança dos espaços de trabalho incide também sobre a forma como as lavadeiras percebem a si mesmas e elaboram, na prática, o que significa ser lavadeira. Como propõe Stuart Hall (2009, p. 110), “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela”. Isso permite compreender que, na passagem do rio para a lavanderia, produzem-se modos distintos de ser lavadeira.

A memória segundo HALBWACHS se elabora em quadros sociais que orientam aquilo que é lembrado e como é lembrado no interior de um grupo (HALBWACHS, 1990, p. 102). No caso das lavadeiras, são essas memórias, marcadas pelas experiências compartilhadas, que moldam as narrativas sobre o trabalho, atribuindo sentido ao vivido e produzindo um senso de pertencimento e continuidade.

Entre as lavadeiras, essa dinâmica se materializa no próprio fazer, onde o saber não se separa da prática e onde aprender é, antes de tudo, participar. Trata-se, portanto, de uma memória que se produz coletivamente, na convivência, na repetição e na transmissão dos gestos, configurando comunidades nas quais identidade, prática e pertencimento se constituem de forma indissociável.

É nessa mesma direção que Ecléa Bosi (1994) contribui ao compreender a memória não como simples lembrança de um passado fixo, mas como experiência viva, continuamente reelaborada no presente. Como afirma a autora, “exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como forma viva do presente. Na maior parte das vezes lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 11).

No caso das lavadeiras, essa memória se transmite no próprio trabalho. Nesse cenário, a organização coletiva ganha força e o reconhecimento de si como grupo se intensifica. A lavanderia se configura como um espaço de convivência, partilha, aprendizagem e sustento, onde se tecem formas coletivas de permanecer sendo lavadeira.

Tornar-se e permanecer lavadeira não se limita ao exercício de uma atividade, mas se produz no próprio fazer — na condução do trabalho, nas relações entre elas, na memória, no corpo e nos valores que orientam o ofício.

A mudança do rio para a lavanderia também tensiona essas formas de reconhecimento. Se, por um lado, a lavanderia favorece maior visibilidade, organização coletiva e possibilidade de interlocução institucional, por outro, não elimina as marcas históricas que atravessam esse ofício. O que se produz é um campo mais complexo, no qual diferentes dimensões da experiência — ligadas ao trabalho, ao corpo e à memória — se rearticulam.

Assim, a identidade de lavadeira não pode ser tomada como categoria fixa, nem como simples continuidade de um passado. Ela se constitui na tensão entre permanência e transformação, entre aquilo que se mantém — saberes, gestos e formas de reconhecimento — e aquilo que se desloca — as condições de trabalho e os espaços. É nesse movimento que a identidade se faz e se refaz continuamente, nas relações que sustentam o trabalho e a vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da passagem do trabalho das lavadeiras do rio para a lavanderia comunitária permite compreender que o que está em jogo não é apenas uma mudança de espaço, mas uma reconfiguração das condições pelas quais o ofício se realiza. Essa reconfiguração não opera por substituição, mas por deslocamento: elementos, relações e práticas não desaparecem, mas passam a se organizar de outros modos, produzindo novas formas de fazer, perceber e sustentar o trabalho.

Ao longo do texto, foi possível observar que essas transformações incidem sobre múltiplas dimensões da experiência: na relação com os elementos naturais, que deixam de convocar o corpo da mesma maneira; na dimensão do sagrado, que se reinscreve no próprio fazer; na organização do trabalho, que se torna mais centralizada e, ao mesmo tempo, atravessada por dinâmicas coletivas; e nas formas de reconhecimento, que passam a se articular também com a visibilidade institucional do espaço.

Nesse processo, o ofício não se mantém como repetição de um passado, mas tampouco se dissolve diante das mudanças. Ele se sustenta na capacidade de produzir continuidade em meio ao deslocamento, mobilizando saberes, gestos e formas de atenção que se atualizam nas condições concretas do trabalho. É nesse movimento que as lavadeiras permanecem sendo lavadeiras — não apesar das transformações, mas através delas.

Mais do que fixar uma identidade ou descrever uma prática em vias de desaparecimento, o que este artigo buscou evidenciar foi a dinâmica pela qual esse ofício se mantém vivo: na relação entre memória, prática e convivência, e na capacidade de responder, de forma situada, às condições que se apresentam. Nesse sentido,

compreender o trabalho das lavadeiras implica deslocar o olhar de uma lógica de perda para uma atenção às formas pelas quais a vida se reorganiza, se sustenta e se refaz no cotidiano. É nessa resistência — em continuar sendo lavadeira mesmo quando o trabalho já não se faz do mesmo modo — que se revela a força histórica, simbólica e política desse coletivo de mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2006.

INGOLD, Tim. *Da transmissão de representações à educação da atenção*. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6–25, jan./abr. 2010.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/6777/4943>.

Acesso em: 15 fev. 2026.

INGOLD, Tim. That's enough about ethnography! HAU: Journal of Ethnographic Theory, London, v. 4, n. 1, p. 383–395, 2014.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25–44, jan./jun. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/>. Acesso em: 06 jan. 2026.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 399–422. [1934].

PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é método*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377–391, jul./dez. 2014.

¹ Jéssica Parreiras Marroques é doutoranda em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pesquisa na interface entre educação, etnografia e estudos culturais. Desenvolve investigação sobre o saber-fazer das lavadeiras de Almenara (MG). É mestra em Estudos do Lazer pela UFMG, licenciada em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e bacharel em Cinema e Audiovisual pelo Centro Universitário UNA, tendo realizado período de mobilidade acadêmica na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atua como professora de Arte na educação básica e tem experiência em projetos culturais e processos de criação coletiva com grupos de cultura popular. Sua produção articula práticas artísticas, pesquisa etnográfica e reflexão teórica, com interesse em memória, técnicas do corpo e formas de organização coletiva. E-mail: jpmarroques@gmail.com

² Míria Gomes de Oliveira é escritora e professora Titular da FAE-UFMG onde integra a equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos Etno-Raciais e Ações Afirmativas/FAE/UFMG. Ela desenvolve

pesquisas em: políticas afirmativas, formação inicial e continuada de professores e relações etnico-raciais, diversidade e interseccionalidade, educação de adultos, interação em sala de aula, ensino/aprendizagem de línguas, ensino da literatura, letramentos.

possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestrado em Lingüística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2000) doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005 - Bolsa Capes), doutorado sanduíche UCSB - Santa Barbara (Estágio Doutoral - Bolsa Capes, 2003) pós-doutorado na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona - Espanha, Bolsa Pesquisador Senior Capes, 2013) e na Universidade da Antuérpia (Bélgica, Bolsa Capes-Print, 2020). E-mail:

miriagomes@hotmail.com